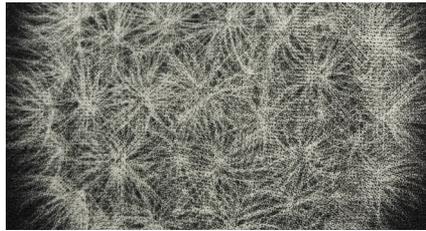
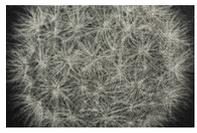


DOSSIÊ
INTERDISCIPLINARIDADE





DA ÁRVORE DO SABER – CONVERSA INDISCIPLINADA SOBRE A ORDEM MODERNA DAS DISCIPLINAS

Suzana Albornoz*

Resumo – Este texto reflete de modo livre sobre a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a pluridisciplinaridade – como práticas que buscam corrigir a divisão moderna das ciências –, nomeia alguns exemplos de transdisciplinaridade no âmbito das ciências humanas e termina por lembrar a indispensável união da filosofia com a literatura.

Palavras-chave: interdisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade, modernidade, fragmentação e possível unidade do saber.

From the tree's knowledge – talking about the modern order of disciplines

Abstract – This text reflects in a free way about interdisciplinarity, transdisciplinarity and pluridisciplinarity, as practices that aim to correct the modern division of the sciences. It points to some examples of transdisciplinarity between the human sciences and ends by remembering the indispensable union of literature and philosophy.

Keywords: interdisciplinarity, pluridisciplinarity, transdisciplinarity, modernity, fragmentation and possible unity of knowledge.

Nesses últimos anos, tornaram-se ocasião de numerosos discursos e chamam a atenção dos profissionais das ciências e do ensino alguns novos conceitos indicativos da forma de organização teórica e realização das práticas das pesquisas e produção de conhecimento que abrem novas perspectivas de funcionamento das disciplinas científicas reconhecidas na modernidade. Vemos assim afirmarem-se, cada vez mais, formas de tratamento dos diversos saberes que se compreendem como interdisciplinares, pluridisciplinares e transdisciplinares. Para quem percebe esse processo de um ponto de vista um tanto quanto externo, à margem da discussão especializada, essas três palavras compostas podem sugerir conceitos parecidos, havendo mesmo quem entenda ser prudente evitar os debates de cunho teórico ou ideológico sobre interdisciplinaridade, dando prioridade à análise direta de como a atividade se apresenta no âmbito acadêmico da atualidade.

De todo modo, parece não ser demais tomar a árvore do saber como objeto de reflexão, uma vez que seus ramos são pródigos e o vento os balança conforme o tempo, fazendo uma divisão diferen-

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

te da ramagem. Nos anos 1990¹, escrevi um breve texto sobre os caminhos e descaminhos das ciências e das humanidades, que só parecem saltar aos olhos quando ocorre uma dramática batalha militar e uma cidade antiga cheia de beleza artística é destruída, como fora o caso, pouco antes, de Bagdá sob a mira dos aviões experimentais e das armas eletrônicas². Nessas situações dramáticas, fica evidente a base comum do que se foi afirmando em nossas consciências como objetos em separado do conhecimento das realidades humanas: o técnico, o econômico, o doméstico, o social, o político, o militar, o artístico, o educacional, o afetivo, o intelectual, o ético, o cultural, o estético, o corporal, o psíquico, o religioso, o espiritual. Mas de tal forma a divisão se instalou nas mentes e no universo imaginário das ciências, também no das humanas, que é preciso um esforço de superação de hábitos bem arraigados para levantar a hipótese de que a sua unidade seja sequer possível como ordenação do saber, sendo talvez incômodo propô-la apenas como pensável.

Não seria sério atribuir toda a responsabilidade dessa fragmentação do saber, que se confunde com a fragmentação do ser do seu objeto, ao trabalho imensurável, até hoje efetivo, da corrente positivista da ciência em suas diversas tendências; mas parece impossível negar que o positivismo tem aí sua parte importante, e, antes dele, o empirismo provavelmente já esteve por trás desse processo de destruição da unidade do objeto da ciência do humano, quando a economia, a política, a sociologia e a psicologia, como outras áreas do saber, desatrelaram-se de sua mãe, que fora discípula da teologia.

A cultura própria do tempo moderno procedeu à emancipação das ciências humanas particulares secularizadas, sobretudo a da economia, do domínio da ética e da moral; e de modo correspondente, os respectivos aspectos, que constituem a preocupação desses saberes, passaram a ser vistos em separado. Na cultura científica crítica, inaugurada por Marx, algumas associações se refazem: a ciência social é considerada uma só e a economia política, que por si mesma é negação de uma separação científica, mescla-se com a ética. De modo geral, no entanto, o desenvolvimento científico que se deu como acentuação da divisão do saber é talvez a mais característica realidade desse tempo que se chamou modernidade.

A fragmentação do conhecimento sobre o homem se processou à medida que a filosofia perdeu lugar para as ciências no mundo da pesquisa e do ensino nas universidades. Nos últimos séculos, o grande desenvolvimento das ciências naturais e, a seguir, o das ciências humanas, em plano mundial, transformaram a tarefa da filosofia nas universidades. Não só a física e as demais ciências naturais se afastaram do seu bojo, também a psicologia e os estudos da vida econômica, social e política ganharam outros caminhos marcados pela metodologia positiva, pela busca de objetividade e experimentação, transformando a identidade e a missão da filosofia. Assim como a filosofia um dia se tornara autônoma com relação à teologia, em nosso tempo as demais ciências se tornaram autônomas com relação à filosofia.

1 – Cf. "Distinções e associações: sobre os caminhos e descaminhos das Ciências Humanas" (in ALBORNOZ, 1999).

2 – Referia-me então à Guerra do Golfo de 1991.

Nesse processo histórico, a filosofia refez seu papel no mesmo movimento do desenvolvimento das outras ciências e, na contemporaneidade, assumiu uma missão especial entre as ciências, como também entre as demais humanidades, uma nova missão que ainda nem sempre é bem compreendida nem avaliada. Quando as ciências naturais e as ciências humanas se separam e tornam autônomas com relação à filosofia que originalmente abarcava a todas, a tarefa da amizade da sabedoria se transforma, torna-se mais restrita, modesta, porém, indispensável. Mais do que a busca das origens primeiras que a ciência também persegue, a filosofia será a guardiã da ciência, como uma sombra que paradoxalmente ilumina. Seja como teoria, arte e técnica do raciocínio e da interpretação, no trabalho do pensamento e da linguagem; seja como prática ou busca das normas da ação e da boa conduta, em torno dos dilemas individuais e dos negócios políticos, a filosofia se torna dependente das outras ciências, artes e letras, antes que mais nada acompanhante e servidora, caminhando junto ao processo do conhecimento em todos os domínios.

Ainda é, porém, a filosofia que vai procurar orientar para o sentido a ação, o pensamento, o conhecimento, toda a experiência humana, e por isso estará aberta para ocupar-se de todos os domínios e todos os fenômenos, de todos os objetos da natureza e do mundo humano. Para a realização de sua finalidade, nada será estranho à filosofia e nada lhe ficará indiferente. Talvez nisso resida a raiz da incompreensão que ela às vezes granjeia, como se a amplitude, mesmo a universalidade de sua vontade de pensar e interpretar, pudesse ser sinal de uma pretensão indevida e uma ameaça aos outros saberes. A rigor, a filosofia deveria servir à razão, ao pensamento, à sabedoria, ao bom senso, à ética, portanto, à elaboração dos sentidos propriamente humanos, e assim à felicidade pessoal e coletiva, de modo menos provisório e mais efetivo do que apenas disciplinas isoladas alocadas aqui e ali, à margem dos cursos de caráter profissional.

Em nosso tempo, no começo do século XXI, supõe-se estejamos entrando em uma nova época da história do pensamento e da consciência humana, dentro de um contexto transformado pelas novas tecnologias e pela globalização, quando ao comércio internacionalizado corresponde a cultura da comunicação internacional. A disposição à pós-modernidade traz também a esperança e o anúncio de um novo saber que supere a hiperfragmentação das ciências e disciplinas da época moderna, reencontrando os elos perdidos para a compreensão do existente, da natureza e do humano.

Nesse caminho, a epistemologia tem realizado o seu trabalho tanto no que se refere à busca do estabelecimento dos critérios rigorosos de cientificidade como, finalmente, quanto à consciência crítica dos mecanismos relativos e mundanos da comunidade científica, reconhecida como também ideológica e política. Por sua vez, o desejo de voltar a ver o objeto de estudo, a realidade humana, sem reduções nem amputações, considerando-se todos os seus matizes e suas diversidades, tem inspirado iniciativas de intercâmbio e de produção interdisciplinar e transdisciplinar, recombinao os múltiplos aspectos em jogo.

Os estudiosos da história da ciência, bem como os da teoria da educação e da administração educacional, apesar das diferenças de posições, parecem entender-se ao afirmar que essas não são propriamente propostas que devamos tornar realidade, como tarefa necessária a fim de corrigir os

defeitos da ordem do saber moderno e do ensino universitário, uma espécie de reforma do desenho da árvore dos saberes. Ao contrário, interdisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade são realidades que se praticam, impostas pelas circunstâncias concretas ou motivadas por escolhas justificadas, queira ou não o cânone mais estabelecido das academias.

Os estudos internacionais contribuíram para o avanço das reflexões sobre a ordem e o funcionamento do ensino e da pesquisa científica. O movimento de procura dos limites do significado de cada um desses conceitos despertou interesse na intelectualidade brasileira, e as discussões no nível internacional repercutiram entre nós nos anos 1970, quando surgiram algumas obras precursoras³. Ultimamente, contudo, sob a influência dos novos estudos da epistemologia em suas diversas escolas, os trabalhos a respeito do tema se multiplicaram de tal modo que neste texto breve de não especialista não pretendo rastrear o seu caminho.

Se ainda não foi possível cercar formalmente um conceito que fosse de consenso dos filósofos da ciência e dos educadores, contudo, de modo embora imperfeito e provisório, parece ir se fazendo aos poucos um entendimento no emprego dos vocábulos como na compreensão e interpretação dos fenômenos com eles relacionados; se não pelos estudiosos mais teóricos, com certeza entre os professores, nos meios preocupados com a prática universitária e com os projetos pedagógicos das universidades.

Parece ser de consenso, por exemplo, que a interdisciplinaridade é uma prática justificada e respeitável da pesquisa científica e do ensino das ciências, dependendo do modo e da seriedade com que for praticada. As iniciativas interdisciplinares procuram fazer a compensação do excesso de especialização produzido no desenvolvimento da pesquisa nos últimos séculos; buscam corrigir a separação moderna dos saberes e possibilitar uma melhor compreensão dos fenômenos concretos complexos, em seus vários aspectos e dimensões que podem ser abordados em várias perspectivas disciplinares. Trata-se de criar pontes e a colaboração entre pelo menos duas áreas do saber que nos tempos modernos se desenvolveram em separado.

Em alguns pontos do conhecimento, a interdisciplinaridade é reconhecida como fecunda, mesmo necessária, e se impõe sem problema. É o caso da ética da medicina, ou do campo mais amplo que se denomina bioética, a que as atuais situações de evolução da ciência dão um significado novo e impuseram como domínio intrinsecamente interdisciplinar que, de um lado, faz apelo à disciplina filosófica da ética – à filosofia prática – e, de outro, exige o domínio, teórico e prático, da ciência e da arte do saber profissional. Trabalhos de reconhecimento inquestionável abordam hoje as questões éticas atinentes ao comportamento dos profissionais da saúde, dando um claro exemplo do que seja a interdisciplinaridade. Um dos traços específicos nesse modo de atuação interdisciplinar é a sua evidente praticidade. As reflexões mais teóricas visam de todo modo orientar e regulamentar, com regras até mesmo jurídicas, o comportamento prático dos profissionais.

3 – Entre os precursores da questão da interdisciplinaridade no Brasil, Jayme Paviani (2008) nomeia Eduardo Portella, Ivani Fazenda, Urbano Zilles e Hilton Japiassu.

A transdisciplinaridade parece ser ainda uma prática menos estabelecida, mais discreta e, paradoxalmente, mais polêmica, que ousa caminhar sobre as pontes entre as modernas disciplinas do conhecimento, sem nunca abandonar a fronteira híbrida entre dois ou mais saberes; todavia, também a transdisciplinaridade se tem mostrado necessária e passa a ser cada vez mais reconhecida como legítima. Entre as humanidades, as rígidas limitações de fronteiras que se foram estabelecendo modernamente entre as diversas ciências humanas clamam por superação.

É um procedimento que pode ser chamado de transdisciplinar cultivar a filosofia política de modo próximo e atento à história, e esse é um procedimento que tem longa tradição – com efeito, como pensar a política sem levar em conta a história dos povos, seus usos, suas conquistas comuns? Filósofos como Claude Lefort são sensíveis e conscientes do problema, embora seu assunto principal seja outro. Em autores como Hannah Arendt ou Claude Lefort, a transdisciplinaridade se afirma vitoriosa, ao combinar-se a história com a ciência política e a filosofia. Ao mesmo tempo ligados à tradição mais clássica da filosofia política, tanto Arendt como Lefort batalham, no campo do saber, por um novo olhar sobre a política, sobre o âmbito propriamente político, admirado como o traço mais próprio do homem; e quando discorrem sobre fatos da vida política que se mostram nos eventos históricos como a revolução e os totalitarismos, não se separam da leitura dos historiadores⁴.

Por sua vez, está estabelecido o interesse em construir os conhecimentos da história com o olhar atento às conquistas das demais ciências sociais como a economia e a sociologia. Esse é o caminho da afirmação tão expressiva da *Nouvelle Histoire*, na esteira da produção da revista dos *Annales*. A *Nouvelle Histoire* tornou-se um exemplo de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade que merece consideração especial, como prática do diálogo e parceria entre as disciplinas das ciências humanas tantas vezes separadas, pois criou um novo modo de fazer o estudo da história que a aproximou das demais ciências sociais. Essa escola francesa do século XX, da qual Fernand Braudel é um marco fundamental, deu um passo importante na afirmação da religação dos saberes que se referem ao mundo humano.

Ainda no século XX, nos textos de autores da chamada Escola de Frankfurt como Erich Fromm, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas e Axel Honneth, é evidente a transdisciplinaridade, quando se movem sobre os tecidos entre a ciência social, a filosofia e a psicanálise. Os autores da Escola de Frankfurt que combinam sociologia e psicanálise com filosofia social, embora não falem expressamente em transdisciplinaridade, dão convincente testemunho da fecundidade desse procedimento.

A teoria crítica partiu das análises marxistas, integrando a contribuição da psicanálise com a herança do humanismo e das correntes clássicas da filosofia alemã, mantendo suas raízes na crítica de Kant e na dialética de Hegel. Dessa posição ao mesmo tempo intelectual e moral, da inteligência e da sensibilidade, nos anos 1920 partiu o grupo de jovens intelectuais que constituiria a Escola de Frankfurt. O marxismo permaneceria presente na produção da teoria crítica, que o levou adiante

4 – Nos textos de Lefort é forte a presença dos grandes historiadores da França, Jules Michelet e Edgar Quinet.

num movimento dinâmico, em diálogo com outras tendências do espírito do século como a psicanálise, desenvolvendo uma produção fecunda que, na minha percepção, dá testemunho do que seja a prática da transdisciplinaridade, nas fronteiras entre a filosofia, a ciência social e a psicanálise.

Caminho transdisciplinar que não carece de outra justificativa além da vocação própria das duas áreas associadas é o que tece juntas filosofia e ciência social. Filosofia e ciência social são empobrecidas quando separadas e tornam-se menos significativas se forem proibidas de andar juntas. Como separar, por exemplo, no ensaio de Habermas sobre *Técnica e ciência como ideologia*, o que é análise da vida social contemporânea e o que é trabalho conceitual propriamente filosófico?

Faz parte do caráter da produção reflexiva do referido grupo de Frankfurt que sua reflexão filosófica se faça em diálogo constante com a análise da realidade histórica, por isso, seja como uma teoria crítica da sociedade industrial contemporânea, capitalista e burguesa, na qual novas formas de manipulação e submissão se desenvolvem junto ao desenvolvimento da técnica, essa que poderia ser o meio da emancipação sonhado pelos humanistas que apostaram no desenvolvimento moderno. A teoria crítica apresenta forte tendência unificadora; de um lado, tem o mérito de reunir a pretensão reflexionante da filosofia com o variado patrimônio das pesquisas realizadas pelas ciências humanas modernas, e, de outro, afirma a importância da relação da teoria com a prática social.

Por sua vez, é uma forma transdisciplinar de filosofia desenvolver a reflexão sem abandonar as liberdades metafóricas da linguagem nem a bagagem de sensibilidade da crítica da arte. Em autores muito importantes da teoria crítica como Walter Benjamin, Theodor Adorno e, numa posição mais distanciada da Escola, Ernst Bloch, a filosofia foi cultivada de modo intimamente ligado à literatura e à crítica da arte, e, de modo específico, à ciência da música, para não mencionar o que seria ainda mais polêmico, que é a profunda proximidade existente nos seus textos da filosofia com a teologia.

No que se refere à relação entre filosofia e literatura, é quase impossível distinguir entre as linhas de conhecimento combinadas, pois sua relação não é dispensável. Faz parte da substância da filosofia que seja expressa em literatura, e essa estará presente, pronta para abrigar o pensamento, mesmo quando não for reconhecida como tal. A literatura está unida à filosofia desde o seu começo grego, nas alegorias platônicas, como nas melódicas denominações dos silogismos medievais, ou nos contos inspirados na tradição hassídica que Ernst Bloch utiliza para nos fazer entender seu conceito de utopia. Seria de lamentar que a filosofia fosse descarnada da arte das letras, despida de suas vestes literárias clássicas como o mito da caverna de Platão, ou roubada dos seus momentos inspirados como, no último século, o fragmento Angelus Novus sobre a história, de Walter Benjamin, inspirado num quadro de Paul Klee.

Jacques Derrida, no último final de século, deixou-nos um conjunto de trabalhos que dão testemunho de como a arte da linguagem tem o estofado da arte do pensamento. A afinidade, quer dizer, a intimidade entre filosofia e literatura se dá em sua própria substância: a filosofia não existe sem sua matéria literária; essa é pelo menos uma união tão misteriosa quanto aquela que faz o homem corpo e alma. Em seu famoso comentário a Derrida em *O discurso filosófico da modernidade*, Habermas questionaria essa espécie de nivelamento entre filosofia e literatura, mas pelo menos esse

é um tema que se mantém em aberto, sobre o qual não temos ainda o rigor da *disciplina*. É bom esclarecer que não se insinua que a literatura possa ser interpretada como o corpo da filosofia, que lhe seria a alma, ou que a alma literária se une à mente filosófica. Mas ainda que não se queira curvar nem possa ser resumida à sua forma expressiva, a filosofia também não existe sem a forma e a arte literária que, por sua vez, não se deixa reduzir a ideias ou conceitos que a filosofia trabalha.

Com o termo pluridisciplinaridade, subentendem-se aqueles âmbitos da pesquisa e seus correspondentes objetos de estudo que não podem ser atendidos por apenas uma das estradas e métodos disciplinares, como é o caso, por exemplo, dos estudos de gênero, da ecologia ou da educação, que tanto necessitam da biologia humana e da psicologia como das ciências sociais e sua aplicação às técnicas de ensino e aprendizagem. Quero destacar especialmente a pluridisciplinaridade que se impõe como necessária no que se refere aos estudos concernentes à educação humana.

No interior das universidades é, contudo, inquietante ver o que ocorre. Onde se fala em interdisciplinaridade e transdisciplinaridade – e a consciência da necessidade da colaboração pluridisciplinar é inegável – no entanto, as disciplinas ainda tentam conservar-se rígidas e separadas, defendendo seu quinhão de espaço por motivos nem sempre nobres ou inteiramente científicos. Pressionadas no âmbito universitário pela prevalência das ciências exatas ou empíricas, sobretudo das ciências físicas e biológicas, e pelas tecnologias, a filosofia e as ciências humanas, assim como as demais áreas de estudo e formação que se incluem no amplo espectro do conceito "humanidades", como as letras e as artes, reservam-se cuidadosamente da polêmica e ponderam de modo pragmático as suas conveniências que em parte são comuns e, assim, cuidam fazer silêncio sobre conflitos e desencontros que só podem ser superados se conhecidos.

No plano dos aspectos que dão conteúdo aos conceitos que constituem a atual representação do objeto de estudo das ciências humanas, algo que tem formado uma colcha de retalhos que só a arte da montagem pode recuperar, continua a manter-se a tendência à separação dos saberes; pelo menos, mantêm-se o nexos e o movimento em direção à ficção dos objetos em separado que a distinção dos aspectos criou. Distinções se estabelecem solidamente, por exemplo, entre as representações do econômico e do político, ao modo como eram separados, simbólica e concretamente, a casa e a cidade no mundo grego antigo, de onde vêm os vocábulos que indicam esses aspectos.

As distinções entre ética e economia, bem como entre economia e política, não são as únicas que se transformaram em rupturas, mas são das mais importantes e de mais graves consequências: de distinções no plano da reflexão e do entendimento, tornaram-se ilusões de independência factual desses aspectos tão imbricados do real. Graves são também as consequências da separação entre ética e política. Na filosofia clássica grega, como em Aristóteles, a *Política* complementava a *Ética*; em tais livros de filosofia prática era questão sempre da virtude e da busca da felicidade; sendo essas inseparáveis, o plano ético e o político, embora às vezes conflitantes, estavam unidos no objeto e nos fins de sua preocupação, fazendo parte da mesma reflexão.

A modernidade assistiria ao nascimento da reflexão "propriamente política" como que liberada da ética, como a que introduziu Maquiavel e seus continuadores. Reclamar a reunião de política e

ética vai nesse sentido de reclamar a reunião de ética e economia. Quando os filósofos sugerem ainda hoje que, no Brasil, passe-se a considerar a sério a questão das normas éticas, necessárias também para a sobrevivência da comunidade, recomendando a consideração daquelas regras que não se identificam totalmente com a letra da lei jurídica, e que também não são da natureza exata do político enquanto este é da ordem da estratégia e da pragmática, reconhecem assim, pela reflexão elaborada, o que o povo simples afirma por preconceito ou senso comum: que tanto a economia como a política carecem de uma reavaliação, e que não funciona bem a sua emancipação da ética e da moral.

Temos, porém, de tal forma por assentadas as cisões teórico-práticas, que precisamos falar em relações entre os diversos domínios, como se falássemos do intercâmbio entre saberes substancialmente subsistentes em separado. Falamos de relações entre o ético e o econômico, entre o político e o econômico, entre o ético e o político quando, experimentando um modo apenas menos habitual de considerar o assunto, poderíamos ver que tanto o primeiro como o segundo e o terceiro desses pares de conceitos tratam de algo que é uno e unitário dentro de toda a sua pluralidade e diversidade. O fato social é uma representação imaginária sem consistência se para conhecê-lo for exigência o seu despojamento de seus aspectos econômicos e políticos, bem como de suas dimensões individuais e interiores, seja ética, cultural ou estética e religiosa.

Para terminar esta nossa reflexão livre, um tanto errante e sem disciplina, gostaria de focar um aspecto que faz a união interna das humanidades. Assim como para a arte, também para a vida política é fundamental a importância da palavra, da palavra exercida também como do direito à palavra. Esse não é um "apenas isso", um "apenas isso" que finalmente conquistamos como povo e é preciso lutar para conservar. O direito à palavra livre para a discordância – na universidade, no partido, na fábrica, no sindicato, na imprensa, na associação de bairro, na escola, na comunidade, nos grupos espontâneos, na rua, não é qualquer coisa de menos: é exatamente o fundamento da convivência igualitária e digna; é a condição sem a qual essa convivência não é possível sequer como projeto; é a primeira condição para qualquer tipo de democracia real. Todos os caminhos para a maturidade democrática, também o da educação, da pedagogia e da universidade, passam pelo cultivo da palavra.

A exigência de pensar, por ser e para ser humano, também obriga a falar, e a exigência de falar, para participar das decisões que têm a ver com o destino e o bem comum, obriga ao pensamento. A política tem uma aliança e uma dívida com a palavra poética, e a poesia tem uma aliança e uma dívida com a palavra política. Por isso, nas instituições universitárias, onde coexistem cursos de humanidades com os das ciências biológicas e físicas e com tantas das suas novas combinações interdisciplinares, a consciência da importância do cultivo da palavra correta e livre, como denominador comum de toda a formação no mais amplo sentido, deveria levar à localização da arte do discurso no próprio corpo das ciências antropológicas, entre as que constituem os currículos dos diversos cursos da árvore do saber universitário, como um denominador comum que trabalha no sentido do amálgama entre as diversas disciplinas.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. G. *O exemplo de Antígona*. Porto Alegre: Movimento, 1999.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *Ética a Nicômaco*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*, I e II. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, W. et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- BLOCH, E. *Spuren*. Frankfurt: Suhrkamp, 1959.
- _____. *Héritage de ce temps*. Paris: Payot, 1978.
- _____. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005/2006.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre la historia*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- COLLOQUE DE CERISY. *Le passage des frontières*. Autour du travail de Jacques Derrida (Org. M.-L. Mallet). Paris: Galilée, 1994.
- DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. São Paulo: Papyrus, 1991.
- HABERMAS, J. *Le discours philosophique de la modernité*. Paris: Gallimard, 1988.
- JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e a patologia do saber*. São Paulo: Imago, 1976.
- LEFORT, C. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- PAVIANI, J. *Interdisciplinaridade – conceitos e distinções*. Caxias: Educus, 2008.
- PLATÃO. *A república*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.